

## CONJUNTURA

Em 2019, movimentação foi de R\$ 711,4 bilhões. Destes, R\$ 283,6 bi pagos pelo governo (3,8%) e R\$ 427,8 bi (5,8%) por famílias e instituições sem fins lucrativos

# Despesas com saúde somam 9,6% do PIB

» MICHELLE PORTELA

O gasto total com saúde no Brasil cresceu na última década, quando alcançou 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019, antes da pandemia, com uma movimentação em torno de R\$ 711,4 bilhões. As atividades relacionadas ao setor também ganharam mais trabalhadores, passando de 5,3% das ocupações no país em 2010, para 7,4%, em 2019.

Os dados são do Conta-Satélite de Saúde, produzido pelo Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O documento mais recente publicado em 2022, mostra a evolução dos gastos na última década. “Desse total, R\$ 283,6 bilhões (o equivalente a 3,8% do PIB) foram despesas de consumo do governo e R\$ 427,8 bilhões (5,8% do PIB) despesas de famílias e instituições sem fins de lucro a serviços das famílias”, detalha a publicação.

Em 2010, o consumo final de bens e serviços de saúde correspondia a 8,0% do PIB. A participação das famílias e das instituições sem fins lucrativos a serviços das famílias correspondia a 4,4%, enquanto a participação do governo era de 3,6%.

“O setor saúde está se tornando cada vez mais relevante, como um setor de atividade econômica significativo, tanto em termos de sua participação no PIB como fator gerador de renda e emprego. A tendência é que essa participação e relevância aumentem ainda mais”, diz o economista Giacomo Balbinotto, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Emprego

As atividades relacionadas ao setor também ganharam mais trabalhadores, passando de 5,3% das ocupações no país em 2010, para 7,4%, em 2019. O total de postos de trabalho no Brasil passou de 5,3% das ocupações totais em 2010, para 7,4%, em 2019. Entre as atividades de saúde, o maior número de ocupações está na saúde privada (3,7 milhões) e na saúde pública (2,6 milhões).

No comércio de produtos farmacêuticos, perfumaria e médico-odontológicos foram gerados 1,3 milhão de empregos. No agregado, o pessoal ocupado nas atividades de saúde cresceu, entre 2010 e 2019, 49,2%, enquanto os postos de trabalho das atividades não saúde apresentaram uma evolução de 5,7%.

Para o pesquisador Everton

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Gastos com remédios, que subiram 5,6% ontem, estão entre aqueles que não podem ser reduzidos



**O setor saúde está se tornando cada vez mais relevante, como um setor de atividade econômica significativo, tanto em termos de sua participação no PIB como fator gerador de renda e emprego”**

**Giacomo Balbinotto, professor da UFRGS**

Nunes da Silva, professor de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília (UnB), os dados revelam um crescente acesso à saúde, também motivado por transformações sociais. “A demanda por serviços de saúde é cada vez maior, dado o envelhecimento da população e as tecnologias de saúde mais caras (medicamentos, exames, procedimentos de saúde). Assim, precisamos usar os recursos escassos de forma mais eficientes, com vistas à sustentabilidade dos sistemas de saúde, público ou privado”, diz.

Ainda de acordo com Everton Nunes, os investimentos e as políticas governamentais para a saúde devem ser de total interesse dos brasileiros. “Precisa aumentar o orçamento da saúde, particularmente o da União. Em 2000, o governo federal representava 60% do financiamento do SUS e, atualmente, representa algo ao redor de 42%. Claro que há espaço para aprimoramento da gestão da saúde, buscando maior eficiência do gasto público, mas não dá para fazer milagre com o orçamento que temos para o SUS”, avalia.

## Explicações

De acordo com o economista Giacomo Balbinotto, não há uma explicação única para o significativo aumento do setor da saúde na economia brasileira na última década, mas uma série de fatores que podem ter contribuído para estimular o aumento da participação do setor na economia.

Entre as principais razões estariam o crescente grau de judicialização da área, o processo de envelhecimento populacional, demandando mais cuidados médicos, farmacêuticos, odontológicos, de fisioterapia, além de internações mais prolongadas.

O pesquisador destaca o aumento da complexidade tecnológica, médica e farmacêutica, ampliando a necessidade de exames clínicos e laboratoriais, bem como a cronificação de doenças não transmissíveis como diabetes, cardiopatias e reumatismo. Ele também destaca o avanço na universalização do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da consolidação de diversos programas de governos como a Farmácia Popular e a Saúde da Família.

Os dados apontam maior interesse das famílias brasileiras em serviços especializados e de qualidade. Exemplo da demanda são os medicamentos, que sofreram um reajuste médio de 5,6%, a partir de ontem, acompanhando a inflação medida pelo IPCA.

“Isto, inexoravelmente, irá se refletir na inflação em geral, mas também no bolso do consumidor, dado o fato de que remédios não podem ser deixados de consumir, principalmente para aqueles pacientes com doenças crônicas. Nesse ano, o principal fator que definirá a taxa do reajuste — a inflação medida pelo IPCA — já está estabelecido e foi de 5,6% entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Os fatores que medem produtividade da indústria e custos de produção, devem ter impacto nulo”, avalia Balbinotto.

## Medicamentos

Embora a judicialização por necessidade de medicamentos de alto custo seja comum, as operadoras de planos de saúde discutem como arcar com os fármacos. A Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge) avalia a possibilidade de criar um fundo para organizar recursos e dividir os riscos e impactos orçamentários.

O próprio Ministério da Saúde analisa gerir um fundo para contribuir com recursos. Já a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) também estuda a opção de resseguro, onde operadoras contratariam uma seguradora para cobrir tais custos.

**Brasil S/A**  
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Pit stop tático

Desta vez foi diferente: o governo anunciou o regime fiscal que vai substituir o teto de aumento do gasto público e a bolsa voltou a operar acima dos 100 mil pontos e o dólar recuou para perto de R\$ 5. Tais sinais são de normalidade ou de continuidade da anormalidade?

As respostas, e há mais de uma, por isso são subjetivas. Ele indicou entender que lhe será difícil superar a falta de maioria no Congresso, majoritariamente de direita, e dominado por setores econômicos alheios às carências da manufatura e ao nosso atraso tecnológico.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu sem programa econômico pautado conforme as obrigações desta década marcada por tecnologias disruptivas. Também vem sendo acossado pelo fundamentalismo neoliberal dos traders de papeis (e não dos bancos tradicionais, mais sintonizados com os desígnios dos governantes).

Com mercado financeiro e Banco Central (BC) hiperotodoxo alinhados, mais a convicção irrealista de uns, e cínica de outros, de que o país está diante de grave crise de endividamento descontrolado, “abismo fiscal” como dizem para meter medo nos incautos, Lula precisa de tempo para equilibrar melhor seu ministério à luz dos interesses que comandam a Câmara e o Senado e das urgências da economia e das demandas sociais.

Entre cair da cadeira e dar um passo para trás, o presidente optou pelo convencional, liberando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a montar um novo regime fiscal o mais perto possível do paladar dos fundamentalistas, enquanto avalia tempo e abrangência para um reset de sua governança. Para tanto, precisará do empresariado unido, da indústria ao agro, e formulação engenhosa, que ainda não dispõe.

## Passadismo macroeconômico

E volto à pergunta: normalidade ou persistência da anormalidade? Depende de quem pergunta. O novo regime fiscal atende a fiscalistas do mercado financeiro que veem o Brasil à beira da insolvência. Não é assim, mas serve para vetar políticas ativas de desenvolvimento.

Como tem eco na imprensa, no Congresso e em parte do empresariado, o passadismo macroeconômico é influente na última grande economia do mundo a desprezar a coordenação do Estado para apoiar a expansão dos negócios privados, da inovação tecnológica e do bem-estar social.

O novo regime fiscal se faz necessário por isso, não porque o Estado seja intrinsecamente ruim. O programa a ser levado ao Congresso prevê equilíbrio entre receitas e despesas primárias (que exclui os juros da dívida pública) da lei orçamentária, em 2024, alcançando superávit de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026. Metas duras para o triênio, partindo de déficit primário de 0,8% a 1,1% do PIB este ano.

Tais resultados devem contribuir para desacelerar o ritmo da dívida pública, de 73% do PIB em 12 meses até fevereiro no conceito bruto, ou de 56,6% em termos líquidos, abatendo as reservas de divisas do país. Para reforçar essa trajetória, a expansão do gasto será atrelada à da receita, com teto e piso para a despesa, incluindo investimento. Nem o Estado se asfixia nem os governantes poderão gastar fora da linha.

## Normal x anormal

A melhoria da receita é componente essencial do novo regime, mas o governo exclui a criação de impostos e aumento de alíquotas. Haddad quer apoio do Congresso para abolir o que chama de “jabutis” — meios cabulosos usados por empresas para evitar impostos e até sonegá-los, tipo registrar exportação de grãos num paraíso fiscal no exterior.

Na conta do ministro, abatendo tais jabutis e revisando se ainda se fazem necessárias as desonerações (“gastos tributários”, no jargão da Receita) que desfalcam a arrecadação, pode-se reaver de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões em 12 meses. Trata-se de demanda antiga.

Por esta ótica, anormalidade é atender reclamos inconsistentes dos operadores do mercado financeiro, enquanto normalidade é tudo o que moralize a administração financeira e tributária, além de elevar a eficiência dos serviços prestados pelo Estado. Este é o equilíbrio que pode distinguir o governo Lula: entregar o que faça sentido das pressões dos rentistas, ao mesmo tempo em que se apoia nas entregas para reformar o que ficou obsoleto.

Tal estratégia pode dar autonomia ao governo para plantar políticas que contemplem o lançamento da manufatura, a única forma de o país crescer gerando empregos qualificados, que vão mover as rodas do setor de serviços, maior empregador líquido na economia. O agro gera divisas, mas emprega pouco e quase não paga impostos.

## Ultraje dos ilusionistas

Se conseguir se desvencilhar da agenda fundamentalista de mercado, o que se espera do novo regime fiscal, o governo poderá reaver o poder da narrativa da economia hoje ditada pelas atas, notas e declarações do BC, potencializadas pelos porta-vozes da corretagem de papéis.

Não se conhece caso no mundo de dirigente de banco central que saia a ralhar, como chefe de disciplina da quinta série, a política fiscal aprovada pelo parlamento e executada pelo governo. Dirigente do Fed, do BC do Japão, da Inglaterra, Europa do euro não fala mal de quem lhes deu autonomia, ou seja, o parlamento.

Se há algo a destacar nas notas do BC, são as reservas de divisas de US\$ 368 bilhões, o déficit em conta corrente baixo, bancado com folga com investimentos estrangeiros, e superávits da balança comercial. É o que nos diferencia da Argentina sempre carente de divisas externas. Anormal, portanto, é o dólar valorizado. E o BC pode mais.

Poderia começar a destacar a dívida pública no conceito líquido, que está em 56,6% do PIB, 16,4 pontos percentuais abaixo da sua medida em termos brutos, e pode chegar a 45% — como afirma o economista André Lara Resende, coautor da reforma monetária de 1994 com Pêrsio Arida —, se trocarmos as operações compromissadas da banca com o BC por depósitos remunerados e deduzirmos o caixa líquido do Tesouro.

Não há por tais critérios um país insolvente, mas um país ultrajado pelos que se apresentam como guardiões da integridade monetária. Se o governante se dispuser a desarmar as armadilhas mentais a que fomos prisionados, vai-se constatar que bons projetos, visão de futuro e a iniciativa de empreendedores verdadeiramente capitalistas são nossas grandes carências, não a austeridade dos traders de ilusões.

## Evolução

Em uma década, gastos cresceram 1,6 ponto percentual

Em %



Fonte: Contas-Saúde